**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA STONE PAGAMENTOS S.A.**

entre

**STONE PAGAMENTOS S.A.**

*como Emissora*

e

**Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

*representando a comunhão dos titulares das debêntures objeto da presente Emissão*

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

12 de junho de 2019

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA STONE PAGAMENTOS S.A.**

Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas:

1. **STONE PAGAMENTOS S.A.**, sociedade anônima com sede à Rua Fidêncio Ramos, nº 308, Torre A, conjunto 102, Vila Olímpia, CEP 04551-902, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“**CNPJ**”) sob o nº 16.501.555/0001-57 e com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“**JUCESP**”) sob o Número de Inscrição de Registro de Empresas - NIRE nº 35300439325, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“**Emissora**”); e
2. **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**,instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, com sede à Av. das Américas, 3434, bloco 7, sala 201, Barra da Tijuca, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, representando a comunhão de titulares das Debêntures (conforme definido abaixo) objeto da presente Escritura de Emissão (conforme definida abaixo), neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na página de assinaturas do presente instrumento (“**Agente Fiduciário**” e, em conjunto com a Emissora, “**Parte(s)**”);

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente “*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Stone Pagamentos S.A.*” (“**Escritura de Emissão**”), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

1. AUTORIZAÇÃO
   1. Nos termos do artigo 59, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”), e do estatuto social da Emissora, a Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 12 de junho de 2019 (“**AGE**”), aprovou a emissão das Debêntures (conforme abaixo definido), em série única, no montante total de até R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais)da 1ª (primeira) emissão da Emissora e as demais condições indicadas nesta Escritura de Emissão, bem como autorizou a Diretoria da Emissora a tomar todas as providências necessárias para a efetivação da Oferta, incluindo mas não se limitando a contratação do Agente Fiduciário, das instituições financeiras que realizarão a colocação das Debêntures e dos demais prestadores de serviços.
2. DOS REQUISITOS
   1. A primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da Emissora (“**Debêntures**”), para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“**Instrução CVM 476**”, e “**Emissão**” ou “**Oferta**”), será realizada com observância dos requisitos abaixo indicados.
   2. **Arquivamento e Publicação da Deliberação Societária** 
      1. Nos termos do artigo 62, I, da Lei das Sociedades por Ações, a ata da AGE será registrada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (“**DOESP**”) e no Diário Comércio Indústria e Serviços – DCI (“**Jornais de Publicação**”).
   3. **Inscrição da Escritura**
      1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 7.12(v) abaixo, 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos arquivados na JUCESP deverá ser enviada pela Emissora ao Agente Fiduciário na forma e conforme os prazos estabelecidos na Cláusula 6.1(i)(h).
   4. **Dispensa de Registro na CVM e Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais**
      1. A Oferta será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei nº 6.385**”).
      2. A Oferta será objeto de registro na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“**ANBIMA**”), nos termos do artigo 16, item II, do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários”, vigente desde 3 de junho de 2019 (“**Código ANBIMA**”).
   5. **Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica**
      1. As Debêntures serão depositadas para:
         1. distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“**MDA**”), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento CETIP UTVM (“**B3**”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e
         2. negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“**CETIP21**”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.
      2. As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição pelo investidor profissional, conforme disposto, respectivamente nos artigos 15, parágrafo 1º, e no artigo 13 da Instrução CVM 476 e observado o cumprimento pela Emissora das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, observadas, ainda, as disposições legais e regulamentares aplicáveis, salvo o lote objeto de garantia firme de colocação pelo Coordenador Líder no momento da subscrição, observados, na negociação subsequente, os limites e condições previstos nos artigos 2º e 3º da Instrução CVM 476.
3. DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA
   1. **Objeto Social da Emissora**
      1. A Emissora tem por objeto social:

(i) a prestação de serviços: (a) de credenciamento e aceitação de instrumento de pagamento; (b) de administração de pagamentos e recebimentos no âmbito da rede de estabelecimentos credenciados, captura, transmissão e processamento de dados e liquidação de transações decorrentes do uso de instrumento de pagamento; (c) de desenvolvimento de estrutura tecnológica segura para a captura, transmissão e processamento de dados e liquidação de transações; (d) de instalação e manutenção de soluções e meios eletrônicos para automação comercial, incluindo a alienação, arrendamento ou aluguel de terminais eletrônicos ou sistemas relacionados à prestação dos serviços acima mencionados; (e) representação de franquias nacionais e internacionais de meios de pagamento; (f) gestão de conta de pagamento do tipo pré-paga; (g) executar remessa de fundos; (h) emissão de moeda eletrônica; e (i) complementares ou que agreguem valor àqueles listados acima, a fim de proporcionar a realização do objeto social da Emissora;

(ii) conversão de moeda física ou escritural em moeda eletrônica, ou vice-versa, credenciar a aceitação ou gerir o uso de moeda eletrônica;

(iii) desenvolvimento de outras atividades correlatas, de interesse da Emissora; e

(iv) participação societária em outras pessoas jurídicas de qualquer espécie, nacionais ou estrangeiras, como sócia, quotista ou acionista.

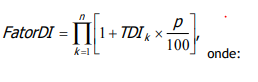
* 1. **Destinação dos Recursos** 
     1. Os recursos captados com a Oferta serão totalmente destinados para implemento do capital de giro da Emissora, bem como para despesas e investimentos gerais, relacionados ao objeto social da Emissora.
  2. **Colocação das Debêntures** 
     1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação para o Valor Total da Emissão, com a intermediação de uma instituição financeira autorizada a operar no sistema de distribuição de valores mobiliários (“**Coordenador Líder**”), nos termos do “*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, da 1ª (Primeira) Emissão da Stone Pagamentos S.A.*”, a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder (“**Contrato de Distribuição**”).
     2. O plano de distribuição será organizado pelo Coordenador Líder e seguirá os procedimentos descritos na Instrução CVM 476 e no Contrato de Distribuição, tendo como público alvo exclusivamente Investidores Profissionais (conforme abaixo definidos). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição de Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais, nos termos do artigo 3º, incisos I e II, da Instrução CVM 476.
     3. Para os fins desta Escritura de Emissão e nos termos da Instrução CVM 476, entende-se por “**Investidores Profissionais**” aqueles investidores referidos no artigo 9º-A da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada (“**Instrução CVM 539**”).
  3. **Prazo de Subscrição** 
     1. Respeitado o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 2 acima e as disposições do Contrato de Distribuição, as Debêntures serão subscritas a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta, não ultrapassando, contudo, o prazo máximo de subscrição de 24 (vinte e quatro) meses a contar do envio da comunicação de início da Oferta à CVM, observado o disposto nos artigos 7º-A, 8º, parágrafo 2º, e 8º-A da Instrução CVM 476.
  4. **Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização**
     1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do MDA, à vista, no ato da subscrição (“**Data de Integralização**”), e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido), acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme definido na Cláusula 4.24 abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização das Debêntures (“**Data da Primeira Integralização**”), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3.

1. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES
   1. **Valor Nominal Unitário** 
      1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R$1.000,00 (um mil reais) na Data de Emissão (“**Valor Nominal Unitário**”).
   2. **Data de Emissão** 
      1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 24 de junho de 2019 (“**Data de Emissão**”).
   3. **Número da Emissão** 
      1. Esta é a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.
   4. **Número de Séries**
      1. A Emissão será realizada em série única.
   5. **Montante da Emissão** 
      1. O montante total da Emissão será de R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida na Cláusula 4.2 acima (“**Valor Total da Emissão**”).
   6. **Quantidade de Debêntures** 
      1. Serão emitidas 400.000 (quatrocentas mil) Debêntures.
   7. **Agente de Liquidação e Escriturador**
      1. A **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, com sede à Av. das Américas, 3434, bloco 7, sala 201, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, atuará como agente de liquidação e escriturador das Debêntures (“**Agente de Liquidação**” e “**Escriturador**”).
      2. O Escriturador será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures, entre outras questões listadas em normas operacionais da B3, conforme o caso.
   8. **Forma e Emissão de Certificados** 
      1. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.
   9. **Comprovação de Titularidade das Debêntures** 
      1. A Emissora não emitirá cautelas ou certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato expedido pela B3 em nome dos titulares das Debêntures (“**Debenturistas**”) para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.
   10. **Conversibilidade** 
       1. As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, e nem permutáveis em ações de emissão de outra sociedade.
   11. **Espécie** 
       1. As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, conforme garantia estabelecida no Contrato de Garantia (conforme definido abaixo).
   12. **Direito de Preferência** 
       1. Não haverá direito de preferência na subscrição das Debêntures.
   13. **Atualização do Valor Nominal Unitário** 
       1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.
   14. **Repactuação** 
       1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.
   15. **Local de Pagamento**
       1. Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão serão realizados pela Emissora, (i) no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, aos Juros Remuneratórios e aos Encargos Moratórios (conforme abaixo definidos), e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio da B3; (ii) para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio do Escriturador ou, com relação aos pagamentos que não possam ser realizados por meio do Escriturador, na sede da Emissora, conforme o caso.
   16. **Prorrogação dos Prazos** 
       1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1° (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos.
       2. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura de Emissão, entende-se por “**Dia(s) Útil(eis)**”, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.
   17. **Encargos Moratórios**
       1. Ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento dos Juros Remuneratórios aplicáveis, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, incidirão, sobre todos e quaisquer valores em atraso, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) (“**Encargos Moratórios**”), sem prejuízo do envio de comunicação pelo Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do conhecimento do Agente Fiduciário da ocorrência da impontualidade no pagamento.
   18. **Decadência dos Direitos aos Acréscimos** 
       1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
   19. **Publicidade** 
       1. Todos os anúncios, atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos nos Jornais de Publicação, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – Internet (<https://www.stone.com.br/>) (“**Avisos aos Debenturistas**”), imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado (ou anteriormente no caso de publicação de aviso de convocação), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário e à B3 a respeito de qualquer publicação na data da sua realização, bem como informá-los, tempestivamente, acerca de qualquer alteração dos jornais de publicação após a Data de Emissão. Adicionalmente, em caso de alteração dos Jornais de Publicação, a Emissora deverá publicar aviso aos Debenturistas neste sentido nos jornais a serem substituídos, informando o(s) novo(s) veículo(s) de comunicação.
   20. **Imunidade de Debenturistas**
       1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Agente de Liquidação e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos na legislação tributária em vigor nos rendimentos de tal Debenturista.
       2. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.20.1 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender às condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Agente de Liquidação, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Agente de Liquidação ou pela Emissora.
   21. **Prazo e Data de Vencimento** 
       1. Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado, nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 3 (três) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1 de julho de 2022 (“**Data de Vencimento**”).
   22. **Pagamento do Valor Nominal Unitário** 
       1. Sem prejuízo da liquidação antecipada decorrente de resgate antecipado, nos termos desta Escritura de Emissão, e/ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado na Data de Vencimento.
   23. **Atualização Monetária.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.
   24. **Juros Remuneratórios.** Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 101,40% (cento e um inteiros e quarenta décimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme definido abaixo), calculadas e divulgadas diariamente pela B3 no informativo diário disponível em sua página na Internet (www.b3.com.br) (“**Taxa DI**”). As Debêntures farão jus a uma remuneração calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data da Primeira Integralização ou a última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, até a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios subsequente, de acordo com a fórmula prevista na Cláusula 4.24.1 abaixo (“**Juros Remuneratórios**”):

***J = VNe x (FatorDI – 1)***

Onde: J = Valor unitário dos juros flutuantes acumulado no período, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

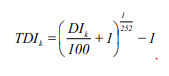
VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = produtório das Taxas DI com o uso do percentual aplicado, desde o início de cada Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

k = número de ordem dos fatores das Taxas DI, variando de 1 até “n” sendo “n” um número inteiro;

n = número total de Taxas DI consideradas na Data de Pagamento dos Juros, sendo “n” um número inteiro;

p = valor aplicado sobre a Taxa DI, correspondente a 101,40, informado com 2 (duas) casas decimais;

TDIk = Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

onde: k = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

DIk= Taxa DI, de ordem k, divulgada pela B3 (segmento CETIP UTVM), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

(a) O fator resultante da expressão é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento;

(b) Efetua-se o produtório dos fatores diários, sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e

(c) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

* + 1. Para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios, define-se “**Período de Capitalização**” como o intervalo de tempo que: se inicia (i) na Data da Primeira Integralização (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou (ii) na última data de pagamento efetivo dos Juros Remuneratórios (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data de pagamento dos Juros Remuneratórios subsequente (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado.
    2. Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura de Emissão, não houver divulgação da Taxa DI pela B3, será aplicada na apuração de TDIk a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI *Over* que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, ou caso seja extinta, ou haja a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI a quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura de Emissão, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 4.24.3, 4.24.4 e 4.24.5.
    3. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 5 (cinco) Dias Úteis após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de impossibilidade legal de sua aplicação às Debêntures, inclusive em razão de determinação judicial, será utilizada a taxa oficial estabelecida por lei e/ou regra aplicável que vier a substituir a Taxa DI (“**Taxa Substituta Oficial**”). Caso não seja estabelecida a Taxa Substituta Oficial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do término do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis indicado acima nesta cláusula ou da data de impossibilidade legal de sua aplicação, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas para a deliberação, nos termos da Cláusula 8 desta Escritura de Emissão e do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, de comum acordo entre a Emissora e os Debenturistas, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios, novo parâmetro este que deverá ser similar ao utilizado para a Taxa DI, observado o disposto na regulamentação vigente aplicável, bem como na Cláusula 4.24.4 abaixo.
    4. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, desde a Data da Primeira Integralização. Nesta alternativa, para cálculo dos Juros Remuneratórios com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDIk o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas na Cláusula 4.24 e seguintes desta Escritura de Emissão para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios.
    5. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, esta não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios.
    6. *Pagamento dos Juros Remuneratórios*: Os Juros Remuneratórios das Debêntures serão pagos mensalmente, a partir da Data de Emissão, sendo os pagamentos devidos no dia 1º (primeiro) dia de cada mês até a Data de Vencimento, sendo o primeiro pagamento em 1 de agosto de 2019, conforme tabela abaixo (cada uma, uma data de “**Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios**”).

|  |
| --- |
| **Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios** |
| 1. 1 de agosto de 2019 |
| 2. 2 de setembro de 2019 |
| 3. 1 de outubro de 2019 |
| 4. 1 de novembro de 2019 |
| 5. 2 de dezembro de 2019 |
| 6. 2 de janeiro de 2020 |
| 7. 3 de fevereiro de 2020 |
| 8. 2 de março de 2020 |
| 9. 1 de abril de 2020 |
| 10. 4 de maio de 2020 |
| 11. 1 de junho de 2020 |
| 12. 1 de julho de 2020 |
| 13. 3 de agosto de 2020 |
| 14. 1 de setembro de 2020 |
| 15. 1 de outubro de 2020 |
| 16. 3 de novembro de 2020 |
| 17. 1 de dezembro de 2020 |
| 18. 4 de janeiro de 2021 |
| 19. 1 de fevereiro de 2021 |
| 20. 1 de março de 2021 |
| 21. 1 de abril de 2021 |
| 22. 3 de maio de 2021 |
| 23. 1 de junho de 2021 |
| 24. 1 de julho de 2021 |
| 25. 2 de agosto de 2021 |
| 26. 1 de setembro de 2021 |
| 27. 1 de outubro de 2021 |
| 28. 1 de novembro de 2021 |
| 29. 1 de dezembro de 2021 |
| 30. 3 de janeiro de 2022 |
| 31. 1 de fevereiro de 2022 |
| 32. 2 de março de 2022 |
| 33. 1 de abril de 2022 |
| 34. 2 de maio de 2022 |
| 35. 1 de junho de 2022 |
| 36. Data de Vencimento |

* 1. **Oferta de Resgate Antecipado**
     1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar oferta de resgate total das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures resgatadas (“**Oferta de Resgate**”). A Oferta de Resgate deverá ser endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, sendo assegurada igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os seguintes procedimentos:

(a) a Emissora somente poderá realizar a Oferta de Resgate mediante o envio de comunicação individual a todos os Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, ou publicação de anúncio dirigido aos Debenturistas nos Jornais de Publicação, a critério da Emissora (“**Edital de Oferta de Resgate**”), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate, incluindo: (i) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas, observado o item (b) abaixo; (ii) a forma e prazo de manifestação à Emissora dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate; e (iii) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures;

(b) após o envio ou a publicação, conforme o caso, do Edital de Oferta de Resgate, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate deverão se manifestar nesse sentido à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate, após o qual a Emissora, terá o prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate, a qual ocorrerá em uma única data;

(c) o valor a ser pago aos Debenturistas em razão do resgate será equivalente ao Valor Nominal Unitário, acrescido: (i) dos Juros Remuneratórios, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento; (ii) do percentual de 0,91% (noventa e um décimos por cento) incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, correspondente ao percentual do prêmio de resgate antecipado (“**Prêmio de Resgate Antecipado**”); e (iii) de eventuais encargos moratórios, se houver.

* + 1. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3, o resgate deverá ocorrer segundo os procedimentos operacionais da B3. Para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3 o resgate deverá ocorrer segundo os procedimentos operacionais do Escriturador.
    2. A Oferta de Resgate deverá ser comunicada à B3, ao Agente de Liquidação e ao Escriturador com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da data prevista para a realização da Oferta de Resgate.
    3. O efetivo resgate das Debêntures será obrigatoriamente realizado em um Dia Útil, em uma única data.
  1. **Amortização Extraordinária Facultativa**
     1. As Debêntures não poderão ser amortizadas de forma extraordinária.
  2. **Aquisição Facultativa**
     1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e na regulamentação aplicável da CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos Juros Remuneratórios aplicáveis às demais Debêntures.
  3. **Garantia Real**
     1. Para garantir o fiel, pontual e integral pagamento de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo o Valor Nominal Unitário, os Juros Remuneratórios e os Encargos Moratórios, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes dos documentos da Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário, honorários da Oliveira Trust Servicer S.A. (“**Agente Administrativo**”) e despesas judiciais e extrajudiciais comprovadamente incorridas na constituição, formalização e execução da garantia prevista nesta Escritura de Emissão (“**Obrigações Garantidas**”) será outorgada até a Data de Emissão pela Emissora em favor do Agente Fiduciário, agindo na qualidade de representante dos titulares das Debêntures, nos termos do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (“**Contrato de Garantia**”), cessão fiduciária sobre os Recebíveis Elegíveis (conforme definido no Contrato de Garantia) detidos pela Emissora contra os Bancos Devedores (conforme definido no Contrato de Garantia) (“**Cessão Fiduciária**”).
     2. O Agente Fiduciário se obriga a apresentar diariamente informações solicitadas pelos Debenturistas sobre os Recebíveis Elegíveis objeto da Cessão Fiduciária.
     3. As disposições relativas à Cessão Fiduciária estão descritas no Contrato de Garantia, o qual, quando celebrado, será parte integrante, complementar e inseparável desta Escritura de Emissão.

1. EVENTOS DE VENCIMENTO ANTECIPADO
   1. **Vencimento Antecipado Automático**
      1. O Agente Fiduciário deverá, automaticamente, considerar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, observados os prazos de cura aplicáveis, quando for o caso, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures e exigirá da Emissora o pagamento imediato do Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização até a data do efetivo pagamento, conforme o disposto nesta Escritura de Emissão, dos Encargos Moratórios, se houver e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, fora do âmbito da B3, na data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (“**Eventos de Vencimento Antecipado Automático**”):
         1. inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou prevista nesta Escritura de Emissão, na respectiva data de pagamento prevista nesta Escritura de Emissão, desde que não devidamente sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado da data do respectivo inadimplemento;

* + - 1. o não cumprimento dos Requisitos de Formalização (conforme definido no Contrato de Garantia), no prazo de 2 (dois) Dias Úteis após a Data Limite para Constituição de Garantia (conforme definido no Contrato de Garantia);
      2. se esta Escritura de Emissão, o Contrato de Garantia ou qualquer uma de suas disposições substanciais e/ou seus aditamentos forem declarados inválidos, nulos, ineficazes ou inexequíveis conforme decisão judicial;
      3. questionamento judicial, pela Emissora, por qualquer de seus acionistas, ou por qualquer sociedade controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) pela Emissora e/ou qualquer sociedade coligada (conforme definição de controle prevista no artigo 243 da Lei das Sociedades por Ações) da Emissora (“**Subsidiárias**”) sobre a invalidade e/ou inexequibilidade que a Emissora tenha dado causa desta Escritura de Emissão;
      4. qualquer forma de transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, sem a prévia anuência de Debenturistas nos termos da Cláusula 8.10(iii);
      5. (a) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora; (b) decretação de falência da Emissora; (c) pedido de autofalência formulado pela Emissora, e/ou qualquer de suas Subsidiárias; (d) pedido de falência da Emissora, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; (e) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora independentemente do deferimento do respectivo pedido; (f) submissão da Emissora à intervenção ou liquidação extrajudicial, nos termos da Lei n.º 6.024, de 13 de março de 1974, conforme alterada; (g) submissão da Emissora ao regime de administração especial temporária (RAET), disciplinado pelo Decreto-Lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987 e pela Lei 9.447, de 14 de março de 1987, conforme alterados; (h) submissão e/ou proposta a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial (ou procedimento equivalente em qualquer outra jurisdição) formulado pela Emissora, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano.
      6. transformação da forma societária da Emissora de modo que ela deixe de ser uma sociedade por ações, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
      7. distribuição e/ou pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Emissora, única e exclusivamente caso a Emissora esteja inadimplente com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão, observado o respectivo prazo de cura aplicável, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Emissora vigente na Data de Emissão;
      8. cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, para a qual não tenha sido obtida a prévia e expressa anuência dos Debenturistas, nos termos da Cláusula 8.10(iii), excetuando-se qualquer forma de reorganização societária em que a Stoneco Ltd. (“**Controladora**”) mantenha o controle direto ou indireto (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Emissora;
      9. declaração de vencimento antecipado, independente de o pagamento ter sido realizado, de qualquer dívida ou obrigação da Emissora (ainda que na qualidade de devedora, garantidora e/ou coobrigada), em valor, individual ou agregado, igual ou superior a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido da Emissora, conforme apurado e divulgado na demonstração financeira auditada da Emissora, disponível à época;
      10. não utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos desta Escritura de Emissão;
      11. se ocorrer alteração do controle societário indireto da Emissora, sem o consentimento prévio por escrito dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral. Para fins do disposto nesta Escritura de Emissão, será considerada uma alteração do controle societário indireto da Emissora, caso a Stoneco Ltd. deixe de possuir indiretamente a maioria do capital votante da Emissora;
      12. se houver alteração do objeto social da Emissora de forma a alterar as suas atividades preponderantes ou a agregar a essas atividades novos negócios que possam representar desvios relevantes em relação às atividades atualmente desenvolvidas e passar a responder por 30% (trinta por cento) da receita operacional bruta da Emissora, conforme apurado e divulgado na demonstração financeira auditada da Emissora, disponível à época, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas nos termos da Cláusula 8.10(iii); e
      13. descumprimento da Razão de Garantia do Lote de Recebíveis Cedidos ou da Razão de Garantia Mínima do Lote de Recebíveis, na forma, e nas datas e conforme definições previstas no Contrato de Garantia.
    1. Caso a Emissora não efetue o pagamento previsto na forma estipulada na Cláusula 5.1.1 acima, além do Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, incidirão Encargos Moratórios sobre o saldo remanescente, se aplicável, incidentes a partir do Dia Útil seguinte à ocorrência do Evento de Vencimento Antecipado Automático até a data de seu efetivo pagamento.
    2. O Agente Fiduciário deverá comunicar, por escrito, eventual Vencimento Antecipado Automático ou Não-Automático das Debêntures à Emissora, à B3 (caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na B3), e ao Agente de Liquidação (i) por meio de correio eletrônico e (ii) mediante carta protocolada ou com aviso de recebimento (“**AR**”) expedido pelos Correios, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data da ciência do vencimento antecipado das Debêntures, pelo Agente Fiduciário.
    3. A B3 deverá ser comunicada imediatamente após a declaração do vencimento antecipado, em razão da ocorrência de Evento de Vencimento Antecipado Automático, e de acordo com os termos e condições previstos no manual de operações.
  1. **Vencimento Antecipado Não-Automático**
     1. O Agente Fiduciário (1) deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida na Cláusula 8 abaixo), no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que houver tomado ciência de quaisquer dos eventos listados abaixo, caso não tenha sido comunicado pela Emissora, para que os Debenturistas, reunidos em assembleia, possam deliberar a respeito de eventual declaração do vencimento antecipado das obrigações da Emissora referentes às Debêntures; e (2), caso declarado o vencimento antecipado, exigirá da Emissora o pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização até a data do efetivo pagamento, conforme disposto nesta Escritura de Emissão, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, fora do âmbito da B3, nos termos desta Escritura de Emissão (“**Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático**” e, em conjunto com os Eventos de Vencimento Antecipado Automático, os “**Eventos de Vencimento Antecipado**”):
        1. inadimplemento, pela Emissora, de obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis da data do respectivo inadimplemento ou prazo diverso, conforme especificado nesta Escritura de Emissão;
        2. sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.1.1, item (ii) acima, inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária no âmbito do Contrato de Garantia, incluindo, sem limitação, o não cumprimento dos Requisitos de Formalização (conforme definido no Contrato de Garantia), na forma e nas datas previstas no Contrato de Garantia, observados, em todo caso, eventuais períodos de cura estabelecidos no Contrato de Garantia;
        3. não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e/ou licenças relevantes para o exercício da atividade da Emissora, exceto por aquelas que estejam sendo ou que venham a ser questionadas ou contestadas pela Emissora na esfera judicial ou administrativa com obtenção de efeito suspensivo, ou ainda, aquelas em processo tempestivo de obtenção ou renovação;
        4. caso seja apurado que qualquer das declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão é falsa, enganosa, insuficiente ou incorreta;
        5. protesto de títulos cujo valor individual ou global ultrapasse 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido da Emissora, conforme apurado e divulgado na demonstração financeira auditada da Emissora, disponível à época, contra a Emissora, salvo se no prazo legal a Emissora tiver tomado medidas cabíveis para comprovar ao Agente Fiduciário que: (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo, (b) o protesto seja cancelado, ou, ainda, (c) o protesto tenha a sua exigibilidade suspensa por sentença judicial;
        6. proferimento de decisão administrativa, judicial e/ou arbitral, a partir do momento em que se tornar(em) exequível(eis) contra a Emissora, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido da Emissora, conforme apurado e divulgado na demonstração financeira auditada da Emissora, disponível à época;
        7. (1) decisão administrativa, judicial e/ou arbitral que individualmente criem obrigações de pagamento para a Emissora ou Subsidiárias iguais ou superiores a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido da Emissora, ou (2) existência de processo administrativo, judicial e/ou arbitral, inquéritos ou outro tipo de investigação governamental que possam afetar o curso normal dos negócios da Emissora e a sua capacidade financeira da Emissora de cumprir com suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures (itens (1) e (2) em conjunto, os “**Processos Materiais**”);
        8. existência de restrições cadastrais em órgãos de proteção ao crédito (SERASA, SPC, CCF, CADIN, dentre outros, inclusive de caráter fiscal), que venham a recair sobre a Emissora e/ou qualquer de suas Subsidiárias em valor, individual ou agregado, superior a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido da Emissora, conforme apurado e divulgado na demonstração financeira auditada da Emissora, disponível à época, sem que tal restrição tenha sido sanada no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de sua verificação;
        9. instauração de procedimento administrativo ou judicial por autoridade competente em face da Emissora e/ou de seus acionistas e/ou de qualquer de suas Subsidiárias, em razão da atuação em desconformidade com as normas que lhe são aplicáveis, sejam locais ou internacionais, que versem sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, incluindo, mas não se limitando, à Lei nº 6.385, Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (ou outras normas de licitações e contratos da administração pública), Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada e do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, à *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977*, ao *UK Bribery Act 2010* e aos normativos do Departamento de Controle de Ativos Estrangeiros do Departamento de Tesouro dos Estados Unidos da América (*Office of Foreign Assets Control of the United States of America Treasury Department* - OFAC)*,* conforme aplicável (em conjunto “**Leis Anticorrupção**”);

* + - 1. inobservância da legislação ambiental e trabalhista vigentes, relativa à saúde e segurança ocupacional, inclusive, mas não limitado, ao que se refere à inexistência de trabalho análogo ao escravo e infantil, e das condicionantes das licenças ambientais da Emissora, conforme verificado por decisão administrativa não passível de recurso ou existência de sentença transitada em julgado contra a Emissora em razão de tal inobservância;
      2. se for apurado descumprimento, incorreção material ou omissão de fato imputável à Emissora em qualquer declaração, informação ou documento que houver sido firmado, prestado ou entregue pela Emissora relativo à presente Escritura de Emissão;
      3. inadimplemento, pela Emissora (ainda que na qualidade de devedora, garantidora e/ou coobrigada) de qualquer dívida ou obrigação da Emissora (ainda que na qualidade de devedora, garantidora e/ou coobrigada), em valor, individual ou agregado, igual ou superior a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido da Emissora, conforme apurado e divulgado na demonstração financeira auditada da Emissora, disponível à época;
      4. ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, confiscar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir compulsoriamente a totalidade ou parte substancial dos ativos, das propriedades e/ou das posses diretas ou indiretas e/ou das ações representativas do capital social da Emissora;
      5. não atingimento de qualquer dos Índices Financeiros, conforme apuração em determinado semestre, nos termos da Cláusula 6.1(ii) abaixo; e
      6. questionamento judicial, pela Emissora, por qualquer de seus acionistas ou Subsidiárias sobre a invalidade e/ou inexequibilidade desta Escritura de Emissão que a Emissora não tenha dado causa.

* + 1. Observado o disposto nas Cláusulas acima, a Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 5.2.1 acima será instalada, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria simples das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.
    2. Na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas na Cláusula 5.2.1 acima, o Agente Fiduciário apenas declarará o vencimento antecipado das obrigações assumidas pela Emissora, caso os Debenturistas, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em primeira ou segunda convocação, tenham deliberado pela declaração do vencimento antecipado das Debêntures.
    3. Caso a Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 5.2.1 não seja instalada em primeira convocação e caso não haja quórum para instalação e/ou deliberação em segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão.
    4. Nos casos de Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático, conforme deliberação dos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá comunicar, por escrito, eventual vencimento antecipado das Debêntures à Emissora, à B3 e ao Agente de Liquidação (i) por meio de correio eletrônico imediatamente após a realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido), e (ii) mediante carta protocolada ou com AR expedido pelos Correios, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.
    5. Nos casos de Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático, declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios, se devidos, e dos Encargos Moratórios, se aplicável, deverá ser efetuado fora do ambiente B3, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento pela Emissora do comunicado mencionado na Cláusula 5.2.5.
    6. A B3 deverá ser comunicada imediatamente após a declaração do vencimento antecipado, em razão da ocorrência de Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, e de acordo com os termos e condições previstos no manual de operações.
    7. Para os fins de que trata esta Escritura de Emissão, a data da declaração do vencimento antecipado das Debêntures será:
       1. a data de ocorrência dos Eventos de Vencimento Antecipado Automático, previstos na Cláusula 5.1.1, respeitados os eventuais prazos de cura, sendo certo que, nessas hipóteses, o vencimento antecipado das Debêntures será automático, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; e
       2. ocorrendo qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático, previstos na Cláusula 5.2.1 acima, será a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a referida Cláusula, na qual os Debenturistas tenham deliberado pela declaração de vencimento antecipado das Debêntures ou na data em que a Assembleia Geral de Debenturistas, em segunda convocação, deveria ter ocorrido, mas que não tenha verificado quórum para deliberação acerca do vencimento antecipado da Emissão.

1. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA
   1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto as Debêntures estiverem em circulação, a Emissora adicionalmente se obriga a:
      * 1. disponibilizar ao Agente Fiduciário:
           1. dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias contados do término de cada semestre ou na data de sua publicação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia das demonstrações financeiras semestrais auditadas e completas relativas ao semestre encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; (2) declaração assinada pelo(s) representante(s) legal(is) da Emissora, com poderes para tanto, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; e (c) e que não foram praticados atos em desacordo com seu estatuto social; e (3) memória de cálculo dos Índices Financeiros, contendo todas as rubricas necessárias para verificação pelo Agente Fiduciário;
           2. no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contado da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas;
           3. no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de ciência da ocorrência, informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado;
           4. no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de recebimento, envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Emissora relacionada a um Evento de Vencimento Antecipado;
           5. no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer alteração material adversa que impacte significativa e negativamente, em relação (i) às mudanças legais ou regulatórias que afetam negativamente a Emissora, de forma a impedir ou afetar negativamente o exercício de suas atividade ou negócios; (ii) à capacidade da Emissora de cumprir as obrigações materiais previstas no âmbito da Emissão, de maneira plena e oportuna; ou (iii) aos direitos, recursos e benefícios disponíveis ou conferidos aos Debenturistas representados pelo Agente Fiduciário no âmbito da Emissão, incluindo, mas não se limitando aos direitos, recursos e benefícios relacionados à Cessão Fiduciária;
           6. no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, relacionados exclusivamente à esta Escritura de Emissão;
           7. no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva celebração, cópia eletrônica (PDF) do protocolo de apresentação desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos para arquivamento perante a JUCESP;
           8. no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo arquivamento na JUCESP, uma via original desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos devidamente arquivados; e
           9. no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de utilização dos recursos líquidos obtidos com a Emissão, declaração firmada por representantes legais da Emissora confirmando a utilização dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos desta Escritura de Emissão.
        2. manter os seguintes índices financeiros, calculados pela Emissora, e verificados semestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas informações semestrais consolidadas ou demonstrações financeiras consolidadas, conforme o caso (“**Índices Financeiros**”):

(a) o índice obtido pela divisão da Dívida Líquida pelo EBT não seja igual ou superior a 2,00;

(b) o índice obtido pela divisão da Dívida pelo Patrimônio Líquido não seja igual ou superior a 6,50.

Para fins desta cláusula:

“**Dívida Líquida**” significa (+) dívidas com instituições financeiras; (+) títulos e valores mobiliários representativos de dívida; (+) mútuos a pagar; (+) leasings; (+/-) saldo líquido de operações de derivativos; (-) disponibilidades de caixa, títulos públicos, aplicações financeiras e equivalentes; (-) fundos de investimento em direitos creditórios e cessões de recebíveis sem coobrigação da Emissora.

“**EBT**” (*Earnings Before Taxes*) significa (i) lucro ou prejuízo líquido ajustado, mais (ii) imposto de renda e contribuição social. Lucro ou prejuízo líquido ajustado é definido como lucro ou prejuízo no período ajustado por: (1) despesas não caixa relacionadas à outorga de remuneração baseada em ações e ajuste a valor justo (marcado a mercado) para remuneração baseada em ações classificada como passivo, (2) amortização do ajuste a valor justo de ativos intangíveis, imobilizados e equipamentos como resultado da aplicação do método de aquisição, (3) despesas relacionados à oferta e ao preparo de companhia aberta, e (4) efeitos tributários sobre os ajustes anteriores.

“**Dívida**” significa (+) dívidas com instituições financeiras; (+) títulos e valores mobiliários representativos de dívida; (+) mútuos a pagar; (+) leasings; (+/-) saldo líquido de operações de derivativos; (+) fundos de investimento em direitos creditórios e cessões de recebíveis sem coobrigação da Emissora.

“**Patrimônio Líquido**” significa participação residual nos ativos da Emissora após a dedução de todos os seus passivos.

* + - 1. divulgar, até o dia anterior ao início das negociações das Debêntures, as demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais encerrados;
      2. notificar, na mesma data, o Agente Fiduciário da convocação, pela Emissora, de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas;
      3. notificar, em até 7 (sete) Dias Úteis, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora ou que possa afetar a capacidade de pagamento das Debêntures;
      4. convocar, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura de Emissão, mas não o faça no prazo aplicável;
      5. comparecer, por meio de seus representantes, às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
      6. contratar e manter contratados, às suas expensas, enquanto as Debêntures não forem integralmente pagas, os prestadores de serviço inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo: o Escriturador, o Agente de Liquidação, o Agente Fiduciário, o Agente Administrativo, a B3 e todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;
      7. não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Oferta ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“**Instrução CVM 400**”);
      8. abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta à CVM (“**Comunicação de Encerramento**”), nos termos do artigo 12 da Instrução CVM 476, salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400;
      9. abster-se, até o envio da Comunicação de Encerramento de (a) revelar informações relativas à Emissão, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida, e (b) utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão;
      10. efetuar o pagamento de todas as despesas razoavelmente incorridas pelo Agente Fiduciário e que venham comprovadamente a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão;
      11. cumprir com a obrigação de destinação de recursos estabelecida nesta Escritura de Emissão e fornecer ao Agente Fiduciário eventuais informações e comprovantes necessários para a verificação da destinação de recursos;
      12. enviar, sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário, as informações solicitadas pelo Agente Fiduciário no prazo previsto na alínea (i)(f) acima;
      13. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial com obtenção de efeito suspensivo concedido por meio de decisão judicial competente;
      14. sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, inclusive nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476, a Emissora também obriga-se a:
          1. preparar as demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas relativas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
          2. submeter suas demonstrações financeiras a auditoria por auditor registrado na CVM;
          3. divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social;
          4. manter os documentos mencionados no inciso (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
          5. observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“**Instrução CVM 358**”), no que se tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
          6. divulgar, em sua página na rede mundial de computadores, a ocorrência de fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder, aos Debenturistas e à B3;
          7. fornecer todas as informações solicitadas pela CVM; e
          8. divulgar em sua página na rede mundial de computadores o relatório anual e demais comunicações enviadas pelo Agente Fiduciário na mesma data do seu recebimento, observado ainda o disposto no inciso (d) acima.
      15. informar e enviar os dados financeiros necessários, organograma do grupo societário e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme a Instrução CVM nº 583, de 20 de dezembro de 2016, conforme alterada (“**Instrução CVM 583**”), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;

* + - 1. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, necessárias ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial com obtenção de efeito suspensivo concedido por meio de decisão judicial competente, ou ainda aquelas em processo tempestivo de renovação;
      2. efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre os negócios da Emissora ou sobre a Oferta e que sejam de responsabilidade da Emissora;
      3. manter a propriedade sobre os bens necessários para a condução regular dos negócios da Emissora;
      4. manter seguro adequado para seus bens e ativos relevantes, conforme práticas correntes de mercado;
      5. obter e manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor as licenças, aprovações, permissões, autorizações e acordo necessários à celebração desta Escritura de Emissão, ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas e à condução regular dos negócios da Emissora;
      6. manter as Debêntures ranqueadas em condições de preferência iguais a outras dívidas garantidas por direitos reais da Emissora;
      7. notificar o Agente Fiduciário, no momento em que tomar ciência, acerca da ocorrência de alteração material adversa em relação (i) às mudanças legais ou regulatórias que afetam negativamente a Emissora, de forma a impedir ou afetar negativamente o exercício de suas atividade ou negócios; (ii) à capacidade da Emissora de cumprir as obrigações materiais previstas no âmbito da Emissão, de maneira plena e oportuna; ou (iii) aos direitos, recursos e benefícios disponíveis ou conferidos aos Debenturistas representados pelo Agente Fiduciário no âmbito da Emissão, incluindo, mas não se limitando aos direitos, recursos e benefícios relacionados à Cessão Fiduciária (“**Alteração Material Adversa**”);
      8. manter a estrutura de contratos e demais acordos existentes e relevantes que garantem a existência, validade e exequibilidade aos Recebíveis Elegíveis (conforme definido no Contrato de Garantia) detidos pela Emissora, incluindo, mas não se limitando a contratos e demais acordos celebrados com Banco Citibank S.A. e Banco Votorantim S.A., observado que as seguintes instituições financeiras podem vir a ser contratadas pela Emissora para exercer as funções do Banco Citibank S.A. ou Banco Votorantim S.A., desde que os direitos dos Debenturistas não sejam afetados no que tange seus direitos sobre os Recebíveis Elegíveis, independentemente de sua classificação de risco e sem a necessidade de aprovação pela Assembleia Geral de Debenturistas: (i) Itaú Unibanco S.A.; (ii) Banco Bradesco S.A.; (iii) Banco Santander (Brasil) S.A.; (iv) Banco Citibank S.A.; (v) Banco Votorantim S.A.; (vi) Banco Safra S.A.; ou (vii) outra instituição que tenha classificação de risco (rating) igual a “brAAA” em escala nacional emitida pela Fitch Ratings Brasil Ltda., ou nota equivalente em escala nacional emitida pela Moody’s América Latina Ltda. ou Standard & Poor’s Ratings do Brasil Ltda.;
      9. observar, cumprir ou fazer cumprir, por si e por suas respectivas controladas, coligadas e seus respectivos administradores, empregados, representantes legais, fornecedores, contratados ou subcontratados as Leis Anticorrupção, bem como manter políticas e procedimentos elaborados para prevenir e detectar violações às Leis Anticorrupção;
      10. em relação à Emissora, à Controladora e suas respectivas afiliadas e seus respetivos representantes (a) não utilizar recursos da Emissora para o pagamento de contribuições, presentes ou atividades de entretenimento ilegais ou qualquer outra despesa ilegal relativa a atividade política; (b) não fazer qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo familiares), nacionais ou estrangeiros; (c) não realizar ação destinada a facilitar uma oferta, pagamento ou promessa ilegal de pagar, bem como não aprovar o pagamento, a doação de dinheiro, propriedade, presente ou qualquer outro bem de valor, direta ou indiretamente, para qualquer “oficial do governo” (incluindo qualquer oficial ou funcionário de um governo ou de entidade de propriedade ou controlada por um governo ou organização pública internacional ou qualquer pessoa agindo na função de representante do governo ou candidato de partido político), a fim de influenciar qualquer ação política ou obter uma vantagem indevida com violação da lei aplicável; (d) não praticar quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (e) não realizar qualquer pagamento ou ação que viole qualquer lei anticorrupção; e (f) não realizar um ato de corrupção, pagamento de propina ou qualquer outro valor ilegal, bem como não influenciou nem influenciará o pagamento de qualquer valor indevido;
      11. manter as declarações anticorrupção, conforme prestada nos termos das Cláusulas 10.1(xxi) e 10.1(xv) abaixo, válidas e vigentes durante toda a duração da Emissão;
      12. informar ao Agente Fiduciário, por escrito, em até 3 (três) Dias Úteis a contar da sua ciência sobre condenações administrativas ou judiciais relativas à realização de práticas contrárias às Leis Anticorrupção, pela Emissora;
      13. orientar seus administradores, prestadores de serviços e/ou contratados e/ou funcionários, a não realizar e nem autorizar que seja a realizado, em benefício próprio ou para a Emissão, (1) o uso de recursos para contribuições, doações ou despesas de representação ilegais ou outras despesas ilegais relativas a atividades políticas; (2) qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros, ou quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; e/ou (3) qualquer pagamento de propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência, “caixinha” ou outro pagamento ilegal;
      14. assegurar que os recursos líquidos obtidos com a Oferta não sejam empregados pela Emissora em (a) qualquer oferta, promessa ou entrega de pagamento ou outra espécie de vantagem que possa ser considerada indevida na forma das Leis Anticorrupção a funcionário, empregado ou agente público, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos, em âmbito nacional ou internacional, ou a terceiras pessoas para uso ou benefício dos anteriores, (b) pagamentos que possam ser considerados como propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência ou outros atos de corrupção na forma das Leis Anticorrupção em relação a autoridades públicas nacionais e estrangeiras, e (c) qualquer outro ato que possa ser considerado lesivo à administração pública nos termos das Leis Anticorrupção;
      15. não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatuárias, legais e regulamentares em vigor;
      16. não celebrar qualquer negócio jurídico, que crie direitos ou obrigações para a Emissora, com sua Controladora e suas Subsidiárias ou pessoas relacionadas à Controladora e às suas Subsidiárias, incluindo, mas não se limitando, a sócios, diretores, empregados, prestadores de serviços, exceto se referido negócio jurídico for celebrado em condições de mercado (arms-lenght);
      17. não realizar atividades que não sejam relacionadas ao seu objeto social ou que não estejam relacionadas ao curso ordinário de seus negócios;
      18. guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da presente data, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, em caso de processo administrativo, toda a documentação relativa à Emissão e à Oferta, nos termos previstos na Instrução CVM 476; e
      19. cumprir e fazer com que as suas Subsidiárias e afiliadas, diretores, administradores, funcionários, que atuem a mando ou em favor da Emissora, sob qualquer forma, cumpram, durante o prazo de vigência das Debêntures: (a) o disposto na legislação e regulamentações ambientais, inclusive legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente e às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais; e (b) a legislação e regulamentação trabalhista, especialmente aquelas relativas a saúde e segurança ocupacional, sendo certo que não incentivam a prostituição, tampouco utilizam ou incentivam mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo ou de qualquer forma infringem direitos dos silvícolas, em especial, mas não se limitando, ao direito sobre as áreas de ocupação indígena, assim declaradas pela autoridade competente (“**Legislação Socioambiental**”).
  1. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no âmbito da B3 sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

1. DO AGENTE FIDUCIÁRIO
   1. A **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, conforme qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, é nomeada como Agente Fiduciário desta Emissão e expressamente aceita, nos termos da legislação e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.
   2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura de Emissão até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.
   3. Nas hipóteses de impedimentos, renúncia, liquidação ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contado do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuá-la no Dia Útil imediatamente posterior ao 15º (décimo quinto) dia antes do término do prazo antes referido, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à remuneração avençada nesta Escritura de Emissão.
   4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, mediante convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, solicitando sua substituição.
   5. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, nos termos desta Escritura de Emissão.
   6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.
   7. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário deve ser comunicada à CVM, no prazo de até 7 (sete) dias Úteis, contados do registro do aditamento à Escritura de Emissão na JUCESP, juntamente com os documentos previstos no artigo 5º e §1º do artigo 5º da Instrução CVM 583.
   8. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura de Emissão.
   9. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos da Cláusula 4.19 acima.
   10. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à Escritura de Emissão na JUCESP, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas, conforme aplicável.
   11. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.
   12. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
       * 1. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
         2. renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão e realizar a imediata convocação de Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre sua substituição;
         3. conservar em boa guarda toda a documentação relativa ao exercício de suas funções;
         4. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações relativas à eventuais garantias e a consistência das demais informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
         5. diligenciar junto à Emissora para que a Escritura de Emissão e seus aditamentos sejam registrados na JUCESP, adotando, no caso da omissão da Emissora, as medidas eventualmente previstas em lei;
         6. acompanhar a prestação das informações periódicas, alertando os Debenturistas, no relatório anual de que trata o item (xii) abaixo, sobre as inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;
         7. opinar sobre a suficiência das informações prestadas nas propostas de modificações nas condições das Debêntures;
         8. solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Varas do Trabalho, cartórios de protesto, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
         9. solicitar, quando considerar necessário, auditoria externa na Emissora;
         10. convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, na forma da Cláusula 4.19;
         11. comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
         12. elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 15 da Instrução CVM 583, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
         13. cumprimento pela Emissora das suas obrigações de prestação de informações periódicas, indicando as inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;
         14. alterações estatutárias ocorridas no período com efeitos relevantes para os Debenturistas;
         15. comentários sobre indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora relacionados a Cláusulas destinadas a proteger o interesse dos titulares dos valores mobiliários e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora;
         16. quantidade de Debêntures emitidas, quantidade de Debêntures em Circulação e saldo cancelado no período;
         17. resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período;
         18. destinação dos recursos captados por meio da Emissão, conforme informações prestadas pela Emissora;
         19. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
         20. declaração sobre a não existência de situação de conflito de interesses que impeça o Agente Fiduciário a continuar a exercer a função; e
         21. existência de outras emissões de valores mobiliários, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões, (1) denominação da companhia ofertante; (2) quantidade de valores mobiliários emitidos; (3) valor da emissão; (4) espécie e garantias envolvidas; (5) prazo de vencimento e taxa de juros; (6) inadimplemento pecuniário no período;
         22. disponibilizar o relatório de que trata o item (xii) acima em sua página na rede mundial de computadores, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora;
         23. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestão de informações junto à Emissora, ao Escriturador, ao Agente de Liquidação e à B3, conforme o caso, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta Cláusula, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscreverem, integralizarem ou adquirirem as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador, o Agente de Liquidação e a B3, conforme o caso, a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referentes à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debenturistas e seus respectivos titulares;
         24. disponibilizar o cálculo do valor unitário das Debêntures a ser realizado pela Emissora e validado pelo Agente Fiduciário, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*;
         25. fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
         26. comunicar os Debenturistas a respeito de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações financeiras assumidas nesta Escritura de Emissão, incluindo as obrigações relativas a garantias e a Cláusulas destinadas a proteger o interesse dos debenturistas e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora, indicando as consequências para os Debenturistas e as providências que pretende tomar a respeito do assunto, em até 7 (sete) Dias Úteis contados da ciência pelo Agente Fiduciário do inadimplemento;
         27. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente; e
         28. divulgar as informações referidas no item(xii)(i) acima em sua página na rede mundial de computadores, tão logo delas tenha conhecimento.
   13. No caso de inadimplemento de quaisquer condições da Emissão, o Agente Fiduciário deve usar de toda e qualquer medida prevista em lei ou na Escritura de Emissão para proteger direitos ou defender os interesses dos Debenturistas, observados os termos desta Escritura e do artigo 12 da Instrução CVM 583.
   14. Serão devidos ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, correspondentes a R$ 105.114,81 (cento e cinco mil, cento e quatorze reais e oitenta e um centavos), devidos pela Emissora, e pagos em parcela única pelos 3 (três) anos de prestação de serviço, no 30° (trigésimo) dia após o registro desta Escritura de Emissão na competente Junta Comercial. Adicionalmente, a remuneração equivalente à parcela anual de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), atualizada anualmente pelo Índice Geral de Preços do Mercado (“**IGP-M**”) a partir da presente data, será devida nas mesmas datas dos anos subsequentes, caso as Debêntures não sejam quitadas na data de seu vencimento, até a data em que a integralidade das Debêntures venha a ser paga pela Emissora.
   15. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas com a Emissora e Debenturistas e/ou com qualquer uma das partes interessadas da Emissão, individualmente ou em conjunto, antes ou depois da Emissão, bem como atendimento à solicitações extraordinárias, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos bem como à (i) celebração de eventuais aditamentos a esta Escritura de Emissão ou a documentos relacionados, que, de alguma forma, envolva o Agente Fiduciário, fazendo-se necessária sua análise e/ou revisão; (ii) execução das garantias e auxílio aos Debenturistas no caso de inadimplemento da Emissora; (iii) participação em reuniões formais ou virtuais com a Emissora e/ou com investidores; e (iv) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de “relatório de horas” à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, caso concedidas; (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.
   16. Os impostos incidentes sobre a remuneração serão acrescidos as parcelas mencionadas acima nas datas de pagamento. Além disso, todos os valores mencionados acima serão atualizados pelo IGP-M, sempre na menor periodicidade permitida em lei, a partir da data de assinatura do instrumento de emissão.
   17. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.
   18. Os serviços do Agente Fiduciário previstos nesta Escritura de Emissão são aqueles descritos na Instrução CVM 583 e Lei das Sociedades por Ações.
   19. A remuneração não inclui as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após devida aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias caso concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento do empréstimo. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário, decorrentes do exercício de sua função ou atuação em defesa da Emissão, ou que tenha sido previamente aprovado pela Emissora, deverão ser suportadas pela Emissora. Tais despesas incluem também os honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário, os quais deverão ser adiantados pela Emissora.
   20. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas.
   21. A remuneração prevista nas Cláusulas anteriores será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja exercendo atividades inerentes a sua função em relação à Emissão, remuneração essa que será calculada *pro rata die*.
   22. Eventuais obrigações adicionais do Agente Fiduciário ou alterações nas características da Emissão, facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos, incluindo o direito de retirada.
   23. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a renúncia pelo Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, à Emissora.
   24. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora de elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
   25. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.
   26. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 583 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.
2. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS
   1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (“**Assembleia(s) Geral(is) de Debenturistas**”).
   2. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre Assembleia Geral de Acionistas.
   3. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem, em conjunto, 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; e (iv) pela CVM.
   4. A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos na Cláusula 4.19 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de Assembleias Gerais de Debenturistas constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.
   5. A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo de 8 (oito) dias, contados da primeira publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quórum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da primeira publicação do edital de segunda convocação.
   6. Nos termos do artigo 71, parágrafo 3°, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número.
   7. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
   8. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos demais detentores de Debêntures presentes ou àquele que for designado pela CVM.
   9. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em primeira ou segunda convocações, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturista ou não.
   10. Observado o disposto nas Cláusulas 8.1 e 8.2, não estão incluídos no quórum de deliberação a que se refere a Cláusula 8.9 acima:
       * 1. os quóruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão;
         2. qualquer alteração (a) no prazo de vigência das Debêntures; (b) no quórum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; (c) nas Datas de Pagamento e nas Datas de Pagamento dos Juros ou de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (d) no parâmetro do cálculo dos Juros Remuneratórios; ou (e) nas hipóteses de oferta de resgate antecipado, resgate antecipado ou nas hipóteses de vencimento antecipado (seja alteração nas hipóteses, exclusão ou inclusão), a(s) qual(is) deverá(ão) ser aprovada(s) por Debenturistas representando, em conjunto, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação;
         3. as deliberações relativas à renúncia ou a perdão temporário a qualquer dos eventos previstos nas Cláusulas 5.1.1 e 5.2.1 acima (pedido de *waiver*), que deverão ser aprovadas em Assembleia Geral de Debenturistas, instalada em primeira ou em segunda convocação, por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; e
         4. as deliberações relativas à substituição do Agente Administrativo por outra empresa capaz de prestar os serviços prestados pelo Agente Administrativo, que deverá ser aprovadas em Assembleia Geral de Debenturistas, instalada em primeira ou em segunda convocação, por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.
       1. Com relação às matérias indicadas na Cláusula 8.10(ii), caso estas venham a ser propostas pelos Debenturistas, dependerão também da concordância da Emissora para que sejam aprovadas.
   11. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas devidamente instaladas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido, ou não, à assembleia ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.
   12. Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão, serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem a totalidade dos Debenturistas.
   13. Para efeito de fixação de quórum disposto nesta Escritura de Emissão, define-se como “**Debêntures em Circulação**” todas as Debêntures subscritas, integralizadas e não resgatadas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; (ii) as de titularidade de (a) acionistas controladores da Emissora, (b) administradores da Emissora, incluindo diretores e conselheiros de administração, e (c) conselheiros fiscais.
   14. Será obrigatória a presença de representante(s) legal(is) da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora. Nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença de representante(s) legal(is) da Emissora será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.
3. DECLARAÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO
   1. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:
      * 1. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
        2. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
        3. aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;
        4. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
        5. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
        6. não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
        7. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 6 da Instrução CVM 583;
        8. não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;

* + - 1. está ciente das disposições da Circular do BACEN nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
      2. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão com base nos documentos e informações fornecidos pela Emissora;
      3. a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto;
      4. aceita a obrigação de acompanhar o cumprimento das obrigações de fazer e não fazer da Emissora, incluindo mas não se limitando a ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado, descritas na Cláusula 5 desta Escritura de Emissão;
      5. está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
      6. esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784, incisos I e III da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada (“**Código de Processo Civil**”); e
      7. que conforme exigência do artigo 6º, §2º da Instrução CVM 583, não exerce a função de agente fiduciário em outras emissões da Emissora.

1. DECLARAÇÕES DA EMISSORA
   1. A Emissora declara ao Agente Fiduciário que, nesta data:
      * 1. é companhia devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
        2. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e os demais documentos da Oferta, e a cumprir todas as obrigações nela previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
        3. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem nenhuma obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
        4. os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão e os demais documentos da Oferta têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
        5. a celebração da Escritura de Emissão, a colocação das Debêntures e o cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão não infringem nenhuma disposição legal, disposições de seu estatuto social, contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data e pela Cessão Fiduciária a ser outorgada em benefício dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário; (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; ou (d) descumprimento de qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral, que já tenha sido proferida em qualquer processo ou procedimento de que a Emissora seja parte;
        6. as informações prestadas por ocasião da Oferta e constantes desta Escritura de Emissão são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
        7. todo registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer órgão público ou regulatório, exigido para o funcionamento da Emissora e cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, foi obtido ou encontra-se em processo de obtenção, incluindo, sem limitação, (a) a publicação da ata da AGE, nos termos da Cláusula 2.2 acima; (b) o arquivamento da ata da AGE e da Escritura de Emissão na JUCESP; e (c) o depósito das Debêntures na B3;
        8. não tem nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação à Emissão;
        9. não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
        10. não está em situação de insolvência e não está em situação que impeça a celebração dessa Escritura de Emissão e outros documentos da Oferta;
        11. não tem conhecimento da ocorrência ou existência de qualquer Alteração Material Adversa;
        12. não existem Processos Materiais;
        13. não ocorreu qualquer violação ou inadimplemento sob os contratos em que a Emissora seja parte;
        14. não está sujeita a qualquer processo no âmbito das Leis Anticorrupção e não descumpre quaisquer das Leis Anticorrupção;
        15. está cumprindo com as leis e normativos tributários;
        16. as Debêntures estão ranqueadas em condições de preferência iguais a outras dívidas garantidas por direitos reais da Emissora;
        17. está cumprindo a Legislação Socioambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social, conforme e se aplicável;
        18. está cumprindo com as leis e normativos aplicáveis à Emissora;
        19. tem, ou encontra-se em processo de obtenção e/ou renovação de todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes e aplicáveis exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades;
        20. as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
        21. cumpre e faz cumprir, bem como suas Subsidiárias e funcionários, as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma das Leis Anticorrupção, na medida em que (i) mantém políticas e procedimentos internos que asseguram integral cumprimento de tais normas; (ii) dá pleno conhecimento de tais normas e obriga seus contratados, que venham a se relacionar com a Emissora, previamente ao início de sua atuação no âmbito deste documento, ao cumprimento de tais normas; (iii) abstém-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; e (iv) caso, após efetuar as devidas averiguações internas, tenham conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicarão, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da ciência do fato, o Agente Fiduciário que poderá tomar todas as providências que entender necessárias;
        22. têm plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela B3, e que a forma de cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures foi acordada por sua livre vontade, em observância ao princípio da boa-fé;
        23. mantém seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes e de acordo com as políticas internas da Emissora;
        24. esta Escritura de Emissão e as obrigações nela previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, I e III, do Código de Processo Civil;
        25. cumpre de forma regular e integral, na medida em que lhe seja aplicável, as normas e leis trabalhistas e relativas a saúde e segurança do trabalho, e não se utiliza de trabalho infantil ou análogo a escravo;
        26. cumprirá com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
        27. não ocorreu qualquer Evento de Inadimplemento previsto nesta Escritura de Emissão;
        28. as informações prestadas no âmbito desta Escritura e da Emissão são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para que os Investidores Profissionais interessados em subscrever ou adquirir as Debêntures tenham conhecimento da Emissora, suas atividades e sua situação financeira, das responsabilidades da Emissora, além dos riscos às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes à tomada de decisões de investimento dos Investidores Profissionais interessados em adquirir as Debêntures, na extensão exigida pela legislação aplicável;
        29. a celebração desta Escritura de Emissão e realização da Emissão não causam qualquer tipo de conflito para a Emissora com relação a terceiros;
        30. está em dia com todas as suas obrigações financeiras relevantes; e
        31. tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da Comunicação de Encerramento, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.
2. DAS COMUNICAÇÕES
   1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes, bem como pelos prestadores de serviços aqui referidos, nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

**STONE PAGAMENTOS S.A.**

Rua Fidêncio Ramos, nº 308, Torre A, conjunto 102, Vila Olímpia

CEP 04551-902 – São Paulo, SP

At.: Marília Azevedo

Tel.: (11) 3157-3197

E-mail: [opestruturadas@stone.com.br](mailto:opestruturadas@stone.com.br) // [juridicobancos@stone.com.br](mailto:juridicobancos@stone.com.br)

Para o Agente Fiduciário:

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Av. das Américas, nº 3434, bloco 7, sala 201, Barra da Tijuca

CEP 22640-102 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Antonio Amaro // Maria Carolina Abrantes Lodi de Oliveira

Tel.: (21) 3514-0000

Fax: (21) 3514-0099

E-mail: [antonio.amaro@oliveiratrust.com.br](mailto:antonio.amaro@oliveiratrust.com.br) // [ger2.agente@oliveiratrust.com.br](mailto:ger2.agente@oliveiratrust.com.br)

Para o Agente de Liquidação e Escriturador:

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Av. das Américas, nº 3434, bloco 7, sala 201, Barra da Tijuca

Cep 22640-102 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Alexandre Lodi de Oliveira // João Bezerra

Tel.: (21) 3514-0000

Fax: (21) 3514-0099

E-mail: [alexandre.lodi@oliveiratrust.com.br](mailto:alexandre.lodi@oliveiratrust.com.br) // sqescrituracao@oliveiratrust.com.br

* 1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com AR. As comunicações também poderão ser feitas por fac-símile ou correio eletrônico e serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina de fac-símile utilizada pelo remetente ou aviso de recebimento emitido pelo correio eletrônico do destinatário).
  2. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte à outra Parte e aos prestadores de serviços indicados na Cláusula 11.1 acima, na forma prevista na Cláusula 11.1 acima.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
   1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba a uma Parte em razão de qualquer inadimplemento da outra Parte prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia a ele, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.
   2. Fica desde já dispensada a realização de Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre: (i) a correção de erros materiais, sejam eles erros grosseiros, de digitação ou aritméticos, (ii) alterações de quaisquer documentos da Emissão já expressamente permitidas nos termos do(s) respectivo(s) instrumentos, (iii) alterações de quaisquer documentos da Emissão em razão de exigências formuladas pela CVM, pela B3, pela ANBIMA, ou (iv) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que as alterações ou correções referidas conforme os itens (i), (ii), (iii) e (iv) acima, não possam acarretar qualquer prejuízo aos Debenturistas ou qualquer alteração no fluxo de pagamentos das Debêntures, e desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.
   3. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.
   4. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro, nas autoridades competentes, desta Escritura de Emissão e dos atos societários relacionados a esta Emissão serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.
   5. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.
   6. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.
   7. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais, nos termos dos incisos I e III do artigo 784 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.
   8. Esta Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.
2. DO FORO
   1. Fica eleito o Foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura de Emissão, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 12 de junho de 2019.

*(assinaturas nas páginas seguintes)*

*(Página de assinaturas 1/3 do “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Stone Pagamentos S.A.”)*

**STONE PAGAMENTOS S.A.**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Nome: | Nome: |
| Cargo: | Cargo: |

*(Página de assinaturas 2/3 do “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Stone Pagamentos S.A.”)*

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Nome: | Nome: |
| Cargo: | Cargo: |

*(Página de assinaturas 3/3 do “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Stone Pagamentos S.A.”)*

**TESTEMUNHAS:**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Nome: | Nome: |
| RG: | RG: |